

O que falta à esquerda

Rosana Heringer¹

Louvável a iniciativa do Núcleo da Cor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em promover um debate sobre a política de cotas para estudantes negros nas universidades públicas. O debate foi realizado no Rio de Janeiro no último dia 16 de setembro e, juntamente com outros eventos semelhantes agendados recentemente, apresenta-se como um momento potencialmente esclarecedor, revelando o interesse e a curiosidade da comunidade acadêmica sobre o assunto.

Infelizmente, o que poderia ter se constituído num momento rico de aprofundamento do debate acabou por transformar-se num triste espetáculo de superficialidade e desinformação.

O primeiro expositor, o renomado professor norte-americano Thomas Skidmore, foi exceção, apresentando claramente sua visão sobre as transformações históricas das relações raciais no Brasil. Cauteloso, não explicitou uma opinião definitiva sobre as atuais políticas de ação afirmativa que vêm sendo implantadas e/ou discutidas no Brasil, mas apontou que é necessário que a sociedade brasileira faça algo neste campo. “Algum tipo de intervenção é necessária”, afirmou.

Como ele bem observou, do alto dos seus 40 anos de estudos sobre o Brasil, o tema do racismo finalmente entrou na agenda e agora, 20 anos depois, vemos a emergência de questões que começaram a se tornar visíveis a partir do fim dos anos 70, através de trabalhos acadêmicos e também da rearticulação da resistência negra.

Em seguida, dois representantes da esquerda brasileira, de gerações diferentes, fizeram suas exposições: o reitor da UFRJ, professor Carlos Lessa e o

¹ Socióloga, Diretora do Afro – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes e pesquisadora da Cepia.

diretor da Editora Contraponto, César Benjamin. Na fala do reitor o que se viu foi uma visão pouco informada sobre o atual debate em torno das relações raciais no Brasil. Os argumentos foram basicamente dois: a) a desigualdade é de classe e não racial; b) não há como identificar quem é negro no Brasil.

César Benjamim optou por uma análise do percurso histórico de construção da nossa identidade nacional, para justificar contemporaneamente que não podemos ser reféns do politicamente correto e que devemos recusar tentativas de racializar o debate sobre a luta contra a desigualdade no Brasil.

Por caminhos diferentes, ambos fizeram uma demonstração dos principais argumentos que com frequência são apresentados em oposição às iniciativas de concretizar medidas que levem em conta a persistência da desigualdade racial no Brasil.

Falta à maior parte da esquerda, tanto dos partidos políticos quanto dos indivíduos que se classificam como tal, a lucidez em perceber que a mobilização contra o racismo não é um tema divisionista, mas sim uma variável que deve ser levada em conta para se pensar o combate à pobreza e as alternativas de desenvolvimento para o Brasil.

Falta-lhes reconhecer que a reprodução, ao longo de décadas, de uma realidade em que os brancos ocupam pelo menos 90% de todas as posições que podem ser identificadas com a elite não reflete os anseios de construção de uma sociedade mais igualitária. A reprodução, em contrapartida, da pobreza negra, deve ser vista com vergonha por todos aqueles que buscam alternativas para o Brasil.

É neste sentido que a busca de estratégias que ampliem o acesso e a permanência de estudantes negros no ensino superior apresenta-se como um terreno importante para o movimento negro e anti-racista. Estes devem ser capazes de reunir aliados em diferentes setores da sociedade brasileira, vencendo resistências e ampliando sua base de apoio. Para isso, precisam explicar com simplicidade e convicção suas posições, evidenciando tanto a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira (que reproduz a riqueza

majoritariamente branca e a pobreza predominantemente negra) quanto a falácia, já experimentada por gerações ao longo do último século, de que o crescimento econômico – ou a industrialização, a urbanização, o retorno à democracia, o ensino público universal etc. – trariam iguais benefícios para negros e brancos no Brasil.

A esquerda precisa reconverter-se a sua responsabilidade histórica, tornando-se agente de transformação e incorporando de maneira permanente à sua agenda estratégias para alcançar maior igualdade racial no Brasil. Trata-se de um objetivo democrático e, por que não dizer, revolucionário, num país que reiteradamente convive com padrões de desigualdade cristalizados ou cuja elite simplesmente dilui o preconceito na aparente ausência de uma linha de cor no Brasil.

Se a solução mais simples e mais freqüente que vem sendo adotada – as cotas – não parece ideal, várias outras medidas podem ser debatidas e propostas num futuro próximo.

O que não se pode é, em nome de um pretenso universalismo, recusar-se a perceber um país cuja desigualdade e diversidade, exigem novas e criativas soluções. O debate das cotas, quando feito com maior seriedade, serve a este propósito: gerar novos consensos, criar novas estratégias, mobilizar recursos públicos e privados com o objetivo de promover maior inclusão social e racial.

A esquerda precisa aprender esta lição.